

PSICOLOGIA ESCOLAR NA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

Maria Gabriela do Nascimento Araújo¹³

Leilanir de Sousa Carvalho¹⁴

Fauston Negreiros¹⁵

Resumo

Nos últimos anos a Psicologia vem expandindo seu campo de atuação atingindo o âmbito das políticas públicas educacionais. O objetivo do estudo é investigar a atuação do psicólogo na avaliação de políticas públicas de educação, verificando sua inserção nos diferentes tipos de políticas, e os desafios dessa prática nesses dispositivos educacionais. A pesquisa foi de abordagem qualitativa, contando com a realização de entrevistas com quarenta e dois profissionais inseridos na rede pública de educação. A partir da análise foi constatado que a maioria dos psicólogos realizam avaliação através de protocolos da instituição, instrumentos e relatórios de atividades, no entanto ainda se restringem à análise da eficácia das políticas após implementadas.

Palavras-chave: Avaliação; políticas públicas de educação; psicologia escolar

¹³ Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Piauí – UFPI

¹⁴ Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Pará - UFPA

¹⁵ Pós-Doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo-USP.

Endereço para correspondência: Travessa Samuel Santos, n. 70. Bairro Frei Higinio. CEP: 64207-178. Parnaíba – Piauí, Brasil.

Introdução

O limiar da psicologia foi circunscrito sobre diversos marcadores históricos e epistemológicos onde suas práticas originárias decorriam de perspectivas reducionistas e patologizantes. No entanto, nos últimos anos, foi possível notar que cada vez mais os profissionais estão deixando de seguir os modelos tradicionais da psicologia para aderir a novas perspectivas, experimentando novas formas de fazer psicologia. Dessa forma tem buscado novas concepções acerca de sua construção com ciência e profissão. Vale ressaltar a multiplicidade de práticas e espaços que a psicologia pode assumir e como isso faz com que diversas novas áreas de atuação emergentes veem surgindo ao longo dos anos (Carvalhares, 2016; Moysés, 2001)

Nessa perspectiva, um dos espaços onde houve maior expansão e interação da psicologia foi pelo meio educacional por meio da Psicologia Escolar, que por sua vez, proporcionou espaços onde essa profissão pode desenvolver em questões de pesquisa e principalmente sobre o campo das políticas públicas, em especial, as educacionais (Souza, 2010).

Dessa maneira, entende-se as políticas públicas como projetos realizados pela gestão pública a fim de orientar a efetuação em alguns campos específicos da gestão, podendo ser em forma de projetos e/ou programas voltado para a resolução de problemas sociais detectados na vida coletiva dos indivíduos, onde irá formar delineamentos de desenvolvimento e práticas a que se designam em diferentes áreas como, na saúde, meio social, trabalho e no caso supracitado, no ramo das diretrizes educacionais (Silva e Barroco, 2015; Leonardo, Rossato e Constantino, 2016).

Esse departamento é permeado de relações interpessoais, coletividade e perspectivas subjetivas do coletivo e/ou individual. À vista disso com a introdução da psicologia nesse meio torna-se relevante a reflexão acerca das nossas atuais práticas e em como elas devem ser introduzidas nessa nova dimensão (Carvalhares, 2016; Guzzo, 2016). Apesar de que nas últimas décadas tenha aumentado o número de Psicólogos nesses domínios, ela ainda é uma área pouco explorada por essa profissão.

A elaboração e implementação das políticas públicas surgiram assim com o intuito de estabelecer um padrão de desenvolvimento nas diversas dimensões presentes no nosso meio social, sendo elas econômicas, ambientais, sociais, territoriais e político-institucionais. Dessa forma proporcionou à amplificação das habilidades e capacidades de cada indivíduo permitindo um melhor entendimento das demandas da nossa sociedade. À vista disso voltou-se a atenção a tais políticas, principalmente educacionais, por proporcionaram custos e benefícios para os

indivíduos, estimulando o desenvolvimento de dois principais setores: os de gestão e análise das políticas públicas (Castro e Oliveira, 2014; Lima e D'Ascenzi, 2014).

A partir disso, na década de 1980, começaram a surgir alguns estudos e discussões acerca das políticas públicas de educação em âmbito nacional. Tais políticas embasam diversas definições a respeito da inserção da criança dentro do ambiente escolar, como idade de entrada, bases para o ensino, tempo de permanência nas escolas e entre outras orientações necessárias. Os estudos que emergiam na época, em sua maioria, debruçavam-se sobre o destaque das caracterizações de todo o processo realizado em sua construção ou então à análise das estruturas e instituições (Trevisan e Bellen, 2008; Caldas e Souza, 2015; Leonardo, Rossato e Constantino, 2016).

Dessa forma entende-se que avaliação de políticas públicas consiste em análises acerca de proposições físicas e orçamentárias com o intuito de verificar o que está sendo executado de acordo com as diretrizes. Pode ser abordado de maneira qualitativa e quantitativa a respeito da gestão institucional e se estão sendo efetuados de forma eficaz (Brasil, 2015).

Sendo assim é importante pontuar que esse campo da avaliação de políticas públicas educacionais é embebido de transversalidades e interdisciplinaridades o que revela cada vez mais a importância da participação e acompanhamento da psicologia, tanto como produtora de conhecimento, como profissão. Essa área atravessa diversos aspectos como, educação, desenvolvimento humano e o próprio estado onde a psicologia se evidencia como ciência e profissão por sua sensibilidade a respeito do entendimento do meio social, do âmbito cotidiano e do sujeito histórico (Ferrazza, 2016; Silva e Barroco, 2015).

Por conseguinte, é inevitável que a psicologia escolar se envolva em tais questões, pois as políticas públicas educacionais têm grande aproximação com atores sociais da escola e em toda sua constituição, onde a mesma possui também estreitas relações. Por isso o trabalho do Psicólogo nas avaliações de políticas públicas educacionais se torna cada vez mais relevante (Caldas e Souza, 2015).

Apesar de tais características os profissionais psicólogos ainda não se mostraram tão efetivos dentro dessa área, pois ainda são poucos os que trabalham diretamente ligados às políticas públicas educacionais e menos ainda com relação a avaliação. Trevisan e Bellen (2008) apontam que um dos grandes problemas do afastamento de certos profissionais sobre esse campo é por conta de sua aproximação com áreas políticas com que logo se associa a burocracia governamental e que acaba inferindo em um trabalho normativo e prescritivo, ou seja, não muito agradável aos olhos de muitos.

Muitos psicólogos possuem cargos governamentais e/ou relacionados a essas políticas, no entanto, acabam aderindo a outras formas de atuação e não como profissional psicólogo dentro daquele ambiente. Desse modo, o presente estudo tem o intuito de investigar a atuação do psicólogo na avaliação de políticas públicas de educação, verificando a sua inserção nos diferentes tipos de políticas, e os desafios e particularidades dessa prática nesses dispositivos educacionais.

Metodologia

Participantes

O estudo conta com a participação de quarenta e dois profissionais psicólogos, sendo trinta e sete mulheres e cinco homens, inseridos na rede pública de educação básica. Dentre as instituições, compreende-se a Secretaria do Estado da Educação do Piauí (SEDUC-PI), Secretaria Municipal de Educação (SEMEC-PI) e o Conselho Estadual de Educação e o Colégio da Polícia Militar.

Instrumentos

Os instrumentos utilizados na coleta de dados compreenderam: o *questionário sociodemográfico* trazendo questões sobre sexo, idade, tempo e perfil de atuação; o *Formulário de Identificação de Políticas Públicas de Atuação do Psicólogo Escolar*, objetivando a identificação e descrição das políticas na qual os psicólogos atuam; e um *Roteiro de Entrevista Semiestruturada*, relacionado à compreensão da atuação que tal profissional exerce dentro do sistema público de ensino.

Procedimentos Éticos

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Piauí no Campus Ministro Reis Velloso – CMRV sob o número 2.708.244. Após esse procedimento foi realizado o contato com as instituições responsáveis a fim de estabelecer comunicação com os participantes da pesquisa para a coleta de dados. Esta foi realizada de forma voluntária e anônima, elucidando os objetivos da pesquisa e o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) autorizando sua participação no estudo.

Análise de Dados

Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada com perguntas chave a fim de elucidar o tema da pesquisa. As entrevistas foram realizadas de forma individual e posteriormente transcritas na íntegra. A análise realizada foi feita seguindo as técnicas de Bardin, a análise de conteúdo, pois possibilita o pesquisador entender as características, estruturas ou modelos que perpassam as falas dos entrevistados através da inferência dos conteúdos presentes nas mensagens (Bardin, 2011; Câmara, 2013).

Resultados e Discussão

A atuação do Psicólogo dentro da rede pública é permeada por diversos arranjos teóricos em que tal profissional pode desenvolver suas práticas de acordo com a ambiente de trabalho em que está inserido. Com base nisso pensamos que tais práticas devem ser baseadas nos preceitos éticos que possibilite a compreensão dos contextos, escolar, familiar e social (entre outros) dos indivíduos colocando em evidência seu compromisso social com a sociedade brasileira (Pedroza & Maia, 2018). Assim sua atuação dentro dessa rede pública exige destes profissionais uma prática intersetorial, interdisciplinar e crítica, principalmente no âmbito das políticas públicas educacionais, onde a participação de todos os campos envolvendo o processo de educação devem estar envolvidos no desenvolvimento destes trabalhos (Souza, 2009; Evangelista & Amaral, 2017).

Essa característica interdisciplinar e intersetorial também desponta da variedade de políticas educacionais que temos dispostas atualmente e em como estes profissionais estão inseridos. Sendo assim, os psicólogos entrevistados atuam frente a algumas delas, contemplando os seguintes eixos: Políticas de Atendimento à Diversidade (3,1%), Políticas de Formação e Atuação do Psicólogo Escolar (4,7%), Políticas Intersetoriais (6,3%), Políticas de Formação de Professores (9,4%), Políticas para Educação Inclusiva (15,5%) e Políticas de Melhoramento da Educação (60,3%), despontando como o perfil de política em que os psicólogos escolares encontram maior exercício.

O cenário educacional brasileiro vem sofrendo alterações constantes em decorrência das movimentações políticas presentes no país e suas vicissitudes, assim a atuação do Psicólogo Escolar e Educacional (PEE) nesse contexto, como consequência dessas mudanças, também se sujeita a essas transformações objetivando a ressignificação, atualização e adequação a essas novas demandas que surgem tornando sua intervenção mais efetiva (Martinez, 2009).

Nessa perspectiva, nos últimos anos começaram a manifestar-se novas formas e áreas emergentes de atuação desses profissionais nesses novos campos, como a sua participação na

construção do projeto pedagógico escolar, trabalho em ONG's educativas, no contexto da educação superior, como o presente trabalho aponta sobre a elaboração e avaliação das políticas públicas educacionais e entre outras novas áreas (Marinho-Araújo, 2016; Galvão & Araújo). Essas atuações já podem ser visualizadas na fala de alguns entrevistados: "Assumimos a pasta com o compromisso de desenvolver políticas voltadas a alunos que estejam na faixa etária de 15 aos 18 anos completos, este é o objetivo [...] PEE8. "[...] Formação continuada de equipe pedagógica e Projetos com famílias na escola [...]" PEE13

[...] A gente tá fazendo o projeto piloto aqui na regional de Parnaíba, que é um projeto nosso mesmo, aqui do nosso setor de psicologia, que é justamente isso, melhorar esse clima escolar e nele a gente trabalha com toda essa vertente [...] PEE2

Todos os espaços apontados acima são direcionados pelas políticas públicas, uma área em que a Psicologia Escolar e Educacional tem atualmente voltado suas pesquisas e práticas. Assim, compreende-se que o setor de avaliação destas políticas também tem se tornado alvo dessa expansão da atuação do PEE. A análise das entrevistas coletadas permitiu verificar que 33,3% dos psicólogos escolares entrevistados não fazem qualquer tipo de avaliação, e que também não identificam como uma atribuição que pode ser desenvolvido por um psicólogo, confirmando a premissa de que a atuação do profissional psicólogo frente a avaliação de políticas públicas ainda é escassa e desconhecida.

Não obstante, foi revelado que 66,7% dos psicólogos escolares realizavam a avaliação de política públicas de educação em meio às suas funções desempenhadas no trabalho. E dentre esses, destacam-se os 57,1% que faziam por meio de instrumentos e relatórios de atividades, seguidos de 4,8% que efetuam a avaliação em equipe por meio de instrumentos, realizando debates coletivos e interdisciplinares.

Então nós tínhamos alguns instrumentais, como eu te coloquei, que a gente preenchia e enviava toda semana, enviávamos as nossas atividades realizadas para nossa coordenação. No mês nós enviávamos também todas as atividades coletivas realizadas e a gente avaliava de maneira que assim, tínhamos um formulário também que a gente preenchia com um instrumental que chamávamos de alunos infrequentes e evadidos[...] PEE10

Esse tipo de instrumento é um dos mais utilizados para a avaliação, pois em sua maioria, são utilizados pelos profissionais que atuam no Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego) e Mediotec (educação profissional e tecnológica). Essas duas políticas foram criadas a fim de democratizar o ensino e capacitar esses jovens com intuito de formar mão de obra competente para o mercado de trabalho (Silva, Moura & de Souza, 2018; Negreiros & Santos, 2018). Assim esses programas ofertam um curso técnico e um auxílio financeiro, chamada Bolsa Formação, como uma forma de garantir que os estudantes de baixa renda possam alcançar a formação profissional (Cassiolato & Garcia, 2014). Assim para que seja disponibilizado o auxílio é necessário o aluno apresentar uma frequência regular, dessa forma a análise das listas de frequência se tornou uma forma de analisar se tal política está desenvolvendo sua principal função que é manter esses alunos na escola: “[...] esse monitoramento que nós fazemos, nós estamos sempre nas escolas onde os cursos funcionam, buscando olhar frequência desses alunos [...]” PEE4.

[...] é porque a gente conseguiu ter um controle melhor das infrequências na sala de aula, porque eu tenho que ter esse referencial, não posso fugir. Meu objetivo é evasão e frequência, quanto a isso eu tenho respaldo positivo, porque eu realmente tenho uma melhoria da infrequência em salas no Piauí de uma forma geral [...] PEE9

O trabalho do psicólogo escolar dentro dessa política envolve diversos aspectos profissionais como desenvolver “o trabalho em conjunto com os educadores de forma a tornar o processo de aprendizagem mais efetivo e significativo para o educando [...] utilizando de métodos e técnicas psicológicas para promover a melhora na qualidade e eficiência do processo educacional” (Negreiros & Santos, 2018, p.139).

Além da avaliação por instrumentais também foi constatado outros tipos de recursos, como a avaliação por intermédio de um protocolo oferecido pela própria Gerência Regional e também por meio de terceiros – profissionais externos à instituição – como podemos visualizar na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1. Formas de avaliação das políticas públicas

FORMAS DE AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	N*	%**
Avaliação por meio de instrumentos e relatórios de atividades	24	57,1
Não realizam avaliação	14	33,3
Avaliação em equipe por meio de instrumentos	2	4,8
Avaliação por meio de um protocolo da Gerência Regional de Educação	1	2,4
Avaliação feita por outros profissionais	1	2,4

Fonte: pesquisadores

*Número de vezes em que é mencionado por cada psicólogo escolar

** Porcentagem sobre o total de profissionais entrevistados

A avaliação por meio de instrumentais e relatórios de atividades foi a forma mais utilizada pelos participantes. Com relação aos instrumentos, a lista de frequência é a mais citada. Quanto aos relatórios estes são realizados mensalmente descrevendo as atividades realizadas e os resultados advindos dessas mudanças.

[...] através de um relatório dos resultados por regional dizer pra você quais são os problemas vivenciados por cada região no olhar de um psicólogo, então esse trabalho é importante. Tendo nosso olhar, podemos estabelecer parâmetros para o desempenho da política, afinal o psicólogo verifica dimensões que os demais profissionais não podem ver sobre a educação e o desenvolvimento humano[...] PEE8

[...] enviávamos as nossas atividades realizadas para nossa coordenação. No mês nós enviávamos também todas as atividades coletivas realizadas e a gente avaliava, a fim de que possamos entender melhor e aprimorar a política educacional. O psicólogo avaliar também essas políticas é fundamental. Elas envolvem aprendizagem, subjetividade, permanência na escola, muitas coisas! Sem falar que fazemos [os psicólogos escolares] parte delas, é importante avaliar [...] PEE10

De um modo geral, todos os entrevistados que realizam a avaliação relatam esse processo na forma de análise da eficácia destas políticas após implementadas, chamada de Avaliação de Resultados. Tal método está exposto no Guia Prático de Avaliação de Políticas Públicas e aponta que esse procedimento consiste na avaliação por meio de etapas sendo elas: a) identificação dos resultados esperados da política; b) planejamento da avaliação dos resultados; c) definição do método para coleta de informações; d) aplicação da metodologia escolhida e e) recomendações (Brasil, 2018).

Um outro dado relevante percebido no discurso dos entrevistados foi o fato de que dentro daqueles profissionais que realizam a avaliação com algum tipo de instrumento, dois deles apontaram sobre a criação de seus próprios instrumentos de avaliação.

[...] inclusive com instrumentais que nós produzimos pra que a gente pudesse estar identificando de fato, e aí a gente traz outras situações, outros problemas, que não só da rede de educação, mas que envolve outras políticas públicas, o social, até saúde, moradia, enfim, outras políticas públicas que vai, desemboca aqui nesse problema que hoje vivenciamos [...] PEE8

Para a realização da avaliação, dois entrevistados afirmaram que a efetuação desse processo de avaliação acontece junto a sua equipe de trabalho. Essa forma foi apontada por eles como algo positivo, pois essa relação de conjunto e integração para eles é um dos pontos principais para atuar na rede pública, principalmente na área da educação. Desenvolver um trabalho com o auxílio de uma equipe multiprofissional no âmbito de ensino possibilita a compreensão e colabora para o desenvolvimento saudável e eficiente do indivíduo na escola (Bortolli & Volsi, 2016). Isso fica evidente durante suas falas: “[...] nós não trabalhávamos sozinhos, até porque se fosse para trabalhar sozinho a gente não dava conta. As avaliações, nós fazemos de forma coletiva, para assim desenvolver um trabalho positivo, amplo e multiprofissional [...]” PEE10

[...] Estamos sempre em contato, temos os nossos apoios, apoios pedagógicos e apoio acadêmico, aí ficamos todos trabalhando juntos. O nosso trabalho com a avaliação das políticas é em equipe. Então é apoio acadêmico, apoio pedagógico, psicólogo, orientador, articuladora, então é um conjunto. Então estamos todos os dias procurando saber quantos alunos faltaram hoje, e são várias escolas, turmas.... Então é essa avaliação que fazemos [...] PEE4

Somente um profissional afirmou realizar a avaliação por meio de um protocolo fornecido pela própria gerência na qual atua e um outro pontuou que não fica a seu encargo a realização desse processo avaliativo, sendo então responsável o seu coordenador.

Com a análise destas entrevistas, foi possível perceber que para alguns profissionais esse processo ainda é desconhecido dentro da rede pública como uma prática que também pode ser realizada pelo psicólogo.

[...] não é o nosso foco, essa área está mais ligada para o trabalho das técnicas aqui na gerência tem coordenações, cada coordenação tem a sua função e dentro dessas coordenações temos as técnicas de acompanhamento que fazem supervisão e monitoramento das escolas e estão capacitadas para acolher todas essas informações e dados que com certeza tem sim, existem esses dados, mas a nossa situação está muito voltada mesmo para a área da psicologia escolar, então a gente trabalha com dados voltados para o nosso para nossa atuação, não no geral das políticas como todo. PEE30

Nos depoimentos dos entrevistados o processo de avaliação das políticas públicas não é só desconhecido como prática do psicólogo, mas sim como prática geral em que muitos não souberam responder de maneira satisfatória. Quando a pergunta era realizada a maioria dos profissionais responderam de acordo com a representações sociais do termo “avaliação” ao invés de perceber este como um processo, uma prática.

Bom, eu avalio de forma positiva, acredito realmente que a população necessita, nossa sociedade precisa, então eu só faço uma ressalva no que tange ao desenvolvimento[...] PEE30

A política pública é fundamental, mas eu vejo que carecem ainda de atenção do poder público para essas políticas funcionarem como deveriam funcionar. Porque elas são lindas, são fundamentais, na verdade estas políticas públicas estão para todo mundo, mas infelizmente a demanda é muito grande para os profissionais [...] PEE22

Eu acho válida, necessárias, mas como tudo, precisa de melhorias [...] PEE16

Partindo da análise das entrevistas pode-se contatar que, como supracitado, ainda existem profissionais psicólogos que trabalham na rede pública que não realizam a avaliação das políticas públicas educacionais na qual estão inseridos e nem reconhecem essa área como forma de atuação do psicólogo. Além disso, há aqueles entrevistados que afirmavam a realização de avaliação nenhum correspondia totalmente a proposta estabelecida no Guia Prático de Avaliação de Políticas Públicas (Brasil, 2018).

Acerca disso, é importante ressaltar que os profissionais entrevistados afirmaram fundamentarem suas práticas com a Psicologia Escolar sob uma perspectiva crítica junto às políticas públicas de educação, sobretudo aqueles em exercício de práticas de avaliação. Essa forma de compreensão envolve o contexto da escola e que permite a adoção de uma visão crítica acerca das perspectivas que envolvem esse contexto se constituindo através de seu comprometimento com os aspectos teóricos e metodológicos que compõe a Psicologia Escolar (Tanamachi & Meira, 2003). Partindo dessa concepção denota-se que esse compromisso teórico e visão crítica envolvem a busca por reflexão, fomentando discussões e práticas que tencionem a ampliação de sua atuação. Apesar disso, ainda há um grupo significativo de profissionais que não orientem seu trabalho seguindo os preceitos da Psicologia Escolar, não abarcando as particularidades do fenômeno educativo, apresentando uma tendência individualizante dos processos de escolarização. Essas questões podem se apresentar como um fator limitante para a inserção do PEE frente à avaliação das políticas educacionais, partindo do princípio de que se não há fomento para ampliação dessas práticas nesse processo avaliativo, que já é escassa, não pode ser desenvolvida.

Desse modo, evidencia-se a importância da inserção do PEE nas políticas educacionais, com o intento de ampliar as potencialidades desses dispositivos e de garantir uma educação pública cada vez mais democrática, pautada na justiça social e transformadora a todos os atores e atrizes sociais da escola e da comunidade.

Considerações Finais

Apesar de não ser uma prática considerada nova, a avaliação de políticas públicas sendo realizada por psicólogos é entendida como um campo de atuação emergente, mas que demonstra grande necessidade da inserção desses profissionais nesse âmbito. A partir disso pode-se constatar a relevância desse estudo que objetivou investigar se há a ocorrência do processo avaliativo dessas políticas, como é realizado e os tipos de demandas que poderia ser levantado durante tal processo. Assim, foi possível verificar que a maioria dos profissionais psicólogos que atuam na rede pública de educação realizam avaliação de políticas públicas, quer seja por meio de instrumentos e

relatórios de atividades, quer seja de forma coletiva, interdisciplinar, restringindo-se à análise da eficácia destas políticas após implementadas.

Os resultados também indicaram aqueles psicólogos que realizam atividades de avaliação de políticas públicas de educação têm suas práticas direcionadas a partir da fundamentação teórica da Psicologia Escolar sob uma perspectiva crítica. Esse fato pode revelar que atualmente há uma melhor compreensão das desigualdades sociais produzidas por classe, gênero, étnico-racial, entre outras, que representam a atuação frente às políticas públicas e uma ampliação de suas práticas, constituindo um profissional com visão crítica desses aspectos.

Desse modo, o estudo pode revelar uma área em potencial para atribuição do psicólogo escolar na avaliação de políticas públicas de educação, e em ascensão no contexto educacional inquirido. É imprescindível que o psicólogo, enquanto profissional dentro da escola, se integre à instituição, à equipe pedagógica, e discuta as políticas educacionais que estão atuando dentro daquele território. E que produza junto com a gestão da escola formas de relação democrática, que discuta conjuta e horizontalmente com os professores as questões pedagógicas. Assuma um compromisso coletivo junto com a equipe, e não como um profissional de fora que vai dizer à escola o que fazer.

Nessa perspectiva, estar firmado também na avaliação das políticas educacionais pode colaborar com a sua implementação, procurando antecipar seus efeitos e estabelecer parâmetros de aferição do seu desempenho. Além disso, o psicólogo escolar pode contribuir na análise de impacto e mediar a submissão ao escrutínio social da comunidade escolar, reconhecendo-se que a administração pública ainda carece de se desenvolver nesse processo, além de contribuir com o aprimoramento da política antes, durante e depois de sua implementação. E entender, em especial, que as instituições precisam promover a transformação dos sujeitos, com vistas ao social, à medida que oportunizam a participação em atividades que podem produzir aprendizagem e desenvolvimento.

A atuação do Psicólogo Escolar frente às políticas públicas de educação ainda é escassa, se tornando uma temática pouco focalizada em pesquisas de campo. Em especial quando o escopo é a investigação do processo de avaliação das políticas, pode-se constatar que não há literatura sobre essa área de atuação específica, o que representou um dos desafios apresentados durante a realização da pesquisa. Além disso, o estudo representa uma investigação de um determinado contexto histórico-cultural, portanto, pode expressar particularidades desse território e que nem sempre podem ser generalizadas.

Portanto, considera-se relevante a realização de pesquisas que incluam um aprofundamento das concepções de avaliação e ampliação dos cenários de investigação, podendo ser indicados estudos em outras instituições, níveis ou modalidades educacionais, e em outros contextos, a fim de que seja possível uma análise das particularidades de cada realidade e de sua relação com as concepções do processo de avaliação de políticas públicas de educação apresentado pelos psicólogos escolares.

Referências Bibliográficas

- Bardin, L. (2011) *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Brasil. (2015). Ministério da Fazenda. *Boletim de avaliação de políticas públicas*. Disponível em: http://fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/boletim-de-avaliacao-de-politicas-publicas/arquivos/2015/avaliacao-de-politicas-publicas_uma-proposta-a-partir-das-experiencias-internacionais . Acesso em: 18 de setembro de 2018.
- Brasil. (2018). Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post. Disponível em: <https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/guiaexpost.pdf>. Acesso em 2 de maio de 2019.
- Caldas, R. & Souza, M. P. R. (2015). Recuperação escolar: uma análise crítica a partir da psicologia escolar. In: M. L. T. Zibetti, M. P. R. Souza & S. M. S. Barroco (Orgs.), *Psicologia, Políticas Educacionais e Escolarização*. (pp. 43- 66). Florianópolis: Pandion.
- Câmara, R. H. (2013). Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6(2), 179-191.
- Cassiolato, M. M., & Garcia, R. C. (2014). *Pronatec: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional* (No. 1919). Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Castro, J. A. & Oliveira, M. G. (2014). Políticas públicas e desenvolvimento. In: L. M. Madeira (Org.), *Avaliação de Políticas Públicas*. (pp. 20-48). Porto Alegre: UFRGS/CEGOV.
- Evangelista, A. L. F., & do Amaral, A. F. (2017). Atuação do psicólogo escolar na rede pública de ensino, da teoria à prática: uma revisão bibliográfica conceitual. *Psicologia e Saúde em debate*, 3(2), 62-73.
- Ferrazza, D. A. (2016). Psicologia e políticas públicas: desafios para superação de práticas normativas. *Revista Polis e Psique*, 6(3), 36-58.
- Galvão, P., & Araujo, C. M. M. (2018). ONGs no Brasil: Contextualização Histórica do Cenário para Atuação em Psicologia Escolar. *Psicologia em Revista*, 24(1), 101-123.
- Guzzo, R. (2016). A quem a Psicologia serve? Sobre a importância da Psicologia Comunitária (Versão Eletrônica). Acesso em 15 de março de 2020, https://www.researchgate.net/publication/305469043_A_quem_a_Psicologia_serve_Sobre_a_importancia_da_Psicologia_Comunitaria

- Leonardo, N. S. T., Rossato, S. P. M. & Constantino, E. P. (2016). Políticas públicas em educação e o fracasso escolar: as interlocuções com a Psicologia. In: H. R. Campos, M. P. R. Souza & M. G. D. Facci (Org.), *Psicologia e Políticas Educacionais*. (pp. 43-66). Natal/RN: EDUFRRN.
- Lima, L. L. & D'Ascenzi, L. (2014). Estrutura normativa e implementação de políticas públicas. In: L. M. Madeira (Org.), *Avaliação de Políticas Públicas*. (pp. 50-63). Porto Alegre: UFRGS/CEGOV.
- Marinho-Araújo, C. M. (2016). Inovações em Psicologia Escolar: O contexto da educação superior. *Estudos de Psicologia*, 33(2), 199-211.
- Martinez, A. M. (2009). Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. *Psicologia Escolar e Educacional*, 13(1), 169-177.
- Moysés, M. A. A. (2001). *A institucionalização invisível: crianças que não aprendem na escola*. Mercado de Letras.
- Negreiros, F., & Santos, L. B. (2018). Atuação do psicólogo escolar o Pronatec campo: um estudo de caso. In F. Negreiros, M. L. T. Zibetti, & S. M. S. Barroco (Orgs.), *Pesquisas em psicologia e políticas educacionais: desafios para enfrentamentos à exclusão*. (1ª ed., Cap. 7, pp. 133-148). Curitiba: CRV. Coedição: Teresina: EDUFPI.
- Pedroza, R. L. S., & Maia, C. M. F. (2018). Possibilidades de pensar a relação psicologia escolar e políticas educacionais: o caso da extensão universitária. In H. C. Campos, M. P. R. Souza, & M. G. D. Facci (Orgs.), *Psicologia e políticas educacionais*. (1ª ed., pp. 231-249). Curitiba: Appris.
- Silva, D., Moura, D. H., & de Souza, L. M. (2018). A trajetória do Pronatec e a reforma do ensino médio: algumas relações com a política de educação profissional mundial. *Revista Trabalho Necessário*, 16(30).
- Silva, R. B., & Carvalhaes, F. F. D. (2016). Psicologia e políticas públicas: impasses e reinvenções. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 247-256.
- Silva, R. I. M., & Barroco, S. M. S. (2015). Psicologia, ideologia e políticas públicas para educação: reflexões necessárias. In: M. L. T. Zibetti, M. P. R. Souza & S. M. S.
- Souza, M. P. R. (2009). Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. *Psicologia escolar e educacional*, 13(1), 179-182.
- Souza, M. P. R. (2010). Psicologia Escolar e políticas públicas em Educação: desafios contemporâneos. *Em aberto*, 23(83), 20-45.
- Tanamachi, E. R., & Meira, M. E. M. (2003). A atuação do psicólogo como expressão do pensamento crítico em psicologia e educação. In M. E. M. Meira & M. A. M. Antunes (Orgs.), *Psicologia escolar: Práticas críticas*. (1ª ed., pp. 11-61). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Trevisan, A. P., & Van Bellen, H. M. (2008). Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. *Revista de Administração Pública*, 42(3), 529-550.

SCHOOL PSYCHOLOGIST IN THE EVALUATION OF PUBLIC EDUCATION

POLICIES

Abstract

In recent years Psychology has been expanding its field of action reaching the scope of educational public policies. The purpose of the study is to investigate the psychologist's performance in the evaluation of public policies of education, verifying their insertion in the different types of policies, and the challenges of this practice in these educational devices. The work consisted of interviews with forty-two professionals enrolled in the public education network. From the analysis, it was verified that most psychologists perform evaluation through protocols of the institution, instruments and activity reports, however still are restricted to the analysis of the effectiveness of the policies implemented.

Keywords: Evaluation; public education policies; school psychology.